

O Juiz Rei-Filósofo versus o Político Retórico

Felipe Mathews Nicolosi da Silveira¹

Haroldo César Nater²

Rafael Corrêa³

Resumo:

O presente trabalho visa, através da retomada do estudo de filósofos antigos, sob uma nova perspectiva, utiliza-los para uma interpretação de fatos, sobretudo jurídicos, ocorridos no âmbito do cenário nacional. Para isso, será utilizada a obra República, de Platão, que, a luz da interpretação utilizada neste artigo, a de Giovanni Reale, traz uma visão ontológica na formação da pólis e dos administradores públicos. O fato a ser avaliado será as recentes acusações, efetuadas por políticos e seus advogados, indiciados na operação lava-jato, contra o Juiz Sérgio Moro, que vem aceitando diversas prisões preventivas, tendo como o objetivo, não o cumprimento dos dispositivos de supracitado instituto, e sim coagir os acusados a efetuar a colaboração premiada. Num sentido contrário da corrente majoritária, tal artigo visa tornar confortável a ideia de que “pequenas tiranias” são necessárias, por parte das autoridades públicas, para que a justiça possa prevalecer “pro societate”.

Palavra-chave: Filosofia; Platão; Ontológico; Juiz Rei-Filósofo; Político Retórico; Arbitrariedade; Justiça.

Abstract:

This work aims, through the resumption of the study of ancient philosophers, in a new perspective, use them for an interpretation of facts, especially legal, occurred on the national scene. For this, it will be used the *opera* Republic of Plato, that in light of the interpretation used in this article, of Giovanni Reale, brings an ontological vision in the formation of the polis and public administrators. The fact to be evaluated will be the recent accusations made by politicians and their lawyers indicted in car wash operation against Judge Sergio Moro, that accept several preventive arrests, and as the goal, not the fulfillment of the aforementioned institute devices but rather coerce the accused to make the award-winning collaboration. And, on the other hand, of current majority, such article aims to make comfortable the idea that "small tyrannies" are required on the part of public authorities, so that justice can prevail "pro societate".

Keyword: Philosophy; Plato; Ontological; King-Philosopher judge; Political Rhetorical; arbitrariness; Justice.

¹ Acadêmico de Direito na faculdade OPET e formado em filosofia pela Universidade Federal do Paraná.

² Orientador. Professor de Direito Penal das Faculdades OPET de Curitiba.

³ Revisor. Professor de Direito das Faculdades OPET de Curitiba.

Introdução

Muito se vem questionando, após diversas decisões por parte de juízes e membros do Ministério Público, com relação às prisões preventivas na operação lava-jato, e a maneira como vem sendo aplicada a lei da colaboração premiada (Lei 12.850/2013). Tais críticas se dão principalmente na questão do desrespeito ao “Princípio da Presunção de Inocência⁴”, na premissa de que o Juiz Sérgio Moro vem explorando as janelas de decisão da supracitada lei de maneira arbitrária. Além disso, citam-se a assertiva de que o Ministério Público estaria usando o instituto da prisão preventiva para forçar a delação por parte dos acusados. Neste sentido vão diversos autores, dentre advogados e doutrinadores⁵.

Tal artigo, aceitando que, num primeiro momento, tais decisões seriam ilegais, irá fazer um esboço de uma justificação da necessidade de uma atitude moderadamente abusiva por parte do Estado, em “*pro societate*⁶”, para conseguir um mínimo de justiça em uma sociedade, “a beira do caos”, em que vivemos hoje⁷.

Para atingir tal intento, iremos voltar os olhos a uma obra escrita por um dos filósofos ditos fundadores do pensamento ocidental, conhecido como Platão, que em uma de suas principais obras chamada “A República⁸”, indica como seria um estado ideal, sem corrupção.

⁴ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 10ª Edição. Editora Lumen Juris, 2008. p. 35; “o réu, em nenhum momento do ‘iter persecutório’, pode sofrer restrições pessoais fundadas exclusivamente na possibilidade de condenação, e, (...), todos os ônus da prova relativa à existência do fato e à sua autoria devem recair exclusivamente sobre a acusação.”

⁵ Filho, José Carlos Cal. **Delação premiada ofende direitos fundamentais previstos na Constituição**. Bitencourt, César Roberto. **Delação premiada na “lava jato” está eivada de inconstitucionalidades**. Luchete, Felipe. **Em audiência, advogados dizem que Moro atua como Ministério Público**. Júnior, Miguel Reale. **Prisão para pressionar confissão desfigura a delação premiada**. Entre outros, todos disponíveis no site www.conjur.com.br.

⁶ Não deixa de estar valendo o que foi escrito na “Exposição de Motivos do Código de Processo Penal”, por Francisco Campos, inciso II: “O processo penal é aliviado dos excessos de formalismo e joirado de certos critérios normativos com que, sob o influxo de um mal-compreendido individualismo ou de um sentimentalismo mais ou menos equívoco, se transige com a necessidade de uma rigorosa e expedita aplicação da justiça penal. As nulidades processuais, reduzidas ao mínimo, deixam de ser o que têm sido até agora, isto é, um meandro técnico por onde se escoia a substância do processo e se perdem no tempo e a gravidade da justiça. É coibido o êxito das fraudes, subterfúgios e alicantinas. É restringida a aplicação do ‘in dubio pro reo’ (...)”.

⁷ Frederico Valdez Pereira na obra **Delação premiada: legitimidade e procedimento** vai tratar, em defesa do instituto supracitado, do fenômeno de emergências intempestivas no direito alemão e sua aplicação na justiça brasileira.

⁸ A tradução utilizada no trabalho foi: Platão. **A República**. 14ª Edição, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Fundação Calouste Gulbenkian.

De posse destas ferramentas conceituais, iremos discorrer sobre o tema proposto no título de nosso artigo; “O Juiz Rei-Filósofo vs Político Retórico”, tentando efetuar uma defesa às decisões tomadas pelas autoridades do Estado na investigação e julgamento de tais modalidades de crimes (organizações criminosas).

1. A República de Platão

Segue-se, de maneira resumida, como funciona a “A República” de Platão. Tal interpretação segue a do autor Giovane Reale, um dos maiores nomes atuais no estudo de Platão⁹.

1.1 Mundo Sensível e Mundo Suprassensível. Primeira e Segunda Navegação

Como mundo sensível, da *physis*, Platão via o mundo dos sentidos, de todo o mundo circundante. Nele, os homens de bronze e de ferro vivem mergulhados. A espécie de conhecimento permitido neste mundo é a da opinião (*doxa*), que se divide em crença (*pistis*) e simples imaginação (*eikasia*). Qualquer fundamentação filosófica no mundo sensível acaba por recair numa destas esferas, sendo, desta maneira, impossível qualquer conhecimento mais elevado de qualquer objeto.

Pelo oposto, o mundo suprassensível, da *psyque*, tem como característica fundamental a desvinculação com qualquer coisa sensível. Apesar de que, ao contrário do modernamente pensado, existe sim a necessidade de se partir do mundo sensível para se adquirir o conhecimento verdadeiro, pois *eros*, que é o amor, que pode ser representado tanto como amor carnal, como amor da alma, necessariamente está no plano sensível, num momento inicial, necessitando-se, através do processo da dialética, que é o método usado por Platão do diálogo filosófico, para se chegar a uma síntese ou conhecimento de causa e fundamento.

Além disso, atinge-se o nível mais elevado da dialética que é a maiêutica (conhecer algo sem saber formalmente), através da lembrança (*anamnese*), que

⁹ REALE, Giovanni. **História da filosofia. Antiguidade e Idade Média**. São Paulo: Paulus. 1990.

numa das tendências de pensamento platônico, vem da *metempsicose*, que advém de vidas passadas, e numa outra corrente, menos religiosa, advém simplesmente do mundo das ideias. Um exemplo é dado na obra *Mênon*, quando Platão através de questionamentos dialéticos, faz um homem ignorante e escravo, por si mesmo, compreender um teorema pitagórico.

Tem-se por penúltimo, o modo superior de conhecimento da metafísica (suprassensíveis); a epísteme (ciência). Dividindo-se, tais modos, em ciência intermediária (dianoia), e inteligência pura (noesis). A ciência intermediária não permite com que se atinja a ideia do bem, que é o fim último, mas apenas com que se direcione até ele; é o conhecimento simbólico, próprio do matemático. A inteligência pura chega-se através da dialética.

Por fim, cita-se o conceito da “segunda navegação”, que no meio marítimo é quando o navegador abandona o uso das velas usando apenas o próprio remo. A impressão aqui é a de que o filósofo não permite que o barco seja levado pelo vento, e, com suas próprias forças, apesar da maior lentidão do caminho, leva o barco até o destino (esta é apenas uma hipótese, outra é a de que possa não haver mais vento, ou seja, não há mais nenhuma perturbação ou vinculação do mundo sensível, levando o navegador a usar o remo). A segunda navegação, conhecida no hinduísmo como *antakarana*, é a passagem que o filósofo faz, através da purificação, permitindo o aumento da força de eros, atravessando a ponte que liga o mundo sensível ao mundo suprassensível.

É possível voltar do suprassensível até o sensível, a isto se chama “*chora*”, quando se plasma uma ideia divina ou metafísica no mundo real. As grandes descobertas científicas, segundo os catedráticos em Platão, vêm deste movimento¹⁰.

1.2 Quatro tipos de homens

Platão divide os homens em quatro tipos, que coincidem com a divisão hindu de castas, conforme explicita René Guenon em sua obra “**Introdução Geral ao Estudo das Doutrinas Hindus**” (Editora Irget, 2009).

¹⁰ Giovanni Reale na obra “**Para uma nova interpretação de Platão**”, vai aprofundar tal tema, entrando na questão do conhecimento não escrito, e da questão dos princípios primeiros.

Como primeiro tem-se o homem de ferro, o *shudra* da doutrina Hindu. Tal homem tem como ofício o de artesão ou fazendeiro. Eles possuem uma qualidade fundamentalmente instintiva, possuindo grande habilidade física, tendo seu conhecimento advindo da opinião, geralmente dos outros, sendo, por isso, facilmente influenciáveis. Um “bom” *shudra*, não cobiça as outras castas e tem orgulho do seu trabalho.

O próximo homem é o de bronze, o *vaixás*. Basicamente nele se encontram os comerciantes e engenheiros. Possuem grande capacidade expansiva, a eles, na República, junto com os homens de ferro, é permitido adquirirem propriedades e bens materiais, porém qualquer excesso, ou falta, deve ser regulado pela próxima casta, que é a dos guerreiros. A educação não é necessária às duas castas, pois os mesmos lidam com coisas práticas do mundo sensível, não necessitando de conhecimentos de ordem mais elevada.

A terceira casta é a dos homens de prata, ou *xátrias*. São os guerreiros. Neles Platão dispensa uma atenção especial. Não podem ter bens, nem propriedades. O sistema de casamentos pode ser feitos através de competições, quando o mais forte se amasia com mulher igualmente mais forte, quanto mais vezes melhor, e o homem mais fraco com a mulher mais fraca, o quanto menos vezes melhor. Tem-se aí a seleção, praticamente darwiniana, genética. O acasalamento é feito de tal maneira que ninguém saberá quem é o pai ou a mãe, pois todos serão os pais e as mães; a vida será sempre em comunidade. Quando tal casta começa a adquirir bens e propriedades, corre-se o risco da corrupção da sociedade, devido a superioridade bélica dos mesmos.

Por fim, há a casta de ouro; os *brâmanes* da doutrina hindu. São os homens santos e grandes líderes. Possuem, através da dialética, a capacidade de conhecer à ideia do bem, fonte de todo o conhecimento. A eles deve ser ensinado que não necessitam ouro material, pois o ouro verdadeiro está dentro deles. Sua vida é um sacro-ofício, no sentido de que servir o estado deve ser algo sagrado. Vivem em função do estado, não possuindo riquezas. Muitas vezes, seus filhos, não entendendo sua natureza, seguem os caminhos das outras castas, adquirindo riquezas, surgindo aí à corrupção do governo (talvez por isso que a seleção de castas se dá, na República, através da análise vocacional das crianças).

1.3 Quatro virtudes cardeais

As quatro virtudes correspondem aos quatro homens e as três almas; são elas: a temperança; quando o homem de ferro e o de bronze conseguem controlar os seus instintos e suas paixões, não sendo nem muito ricos e nem muito pobres. A coragem, quando o guerreiro supera seus medos e angústias e luta serenamente em prol do ideal do estado. A sabedoria, característica dos governantes, que através da “mors philosophorum” (morte filosófica), transcendem dialeticamente o mundo sensível adentrando ao pensamento originário e trazendo, à escuridão da caverna (representação do sensível na alegoria trazido por Platão no famigerado “mito da caverna”), o conhecimento puro.

E por fim, a última virtude, a Justiça, quando as castas se mantêm nos seus devidos mundos, sendo que as inferiores (não no sentido pejorativo, diga-se de passagem, e sim hierárquico.) obedecem as superiores, na justa medida, não sobressaindo umas sobre as outras.

1.4 Quatro almas

As quatro almas, que na verdade são três, corresponde às quatro castas; a primeira é a alma a apetitiva (*epithymetikhón*), característica dos homens de ferro e de bronze, que produz nos homens uma qualidade expansiva, de necessidade de bens materiais, que deve ser regulada pela temperança, como já citado. A irascível (*thymoeidés*), que faz com que o homem de prata possua aquela qualidade indispensável do guerreiro, um espírito agressivo e dominador, que necessariamente deve ser regulado pela coragem, e não pela brutalidade; e a alma racional (*loghistikón*), qualidade dos homens de ouro, cujo perfil é o dos que conseguem superar o conhecimento sensível, seja através do conhecimento matemático, que corre o risco de ficar apenas no racionalismo (de *ratio*, que quer dizer dividir, caminho contrário da dialética), ou do conhecimento dialético, que permite chegar ao ideal máximo do estado; que é o sumo bem. Quando uma pessoa tem suas condutas pautadas pela alma racional, ela adquire em si a alma da justiça (Equilíbrio - *sophrosyne*).

1.5 Quatro Governos

Os quatro tipos de governo são: A Monarquia (ou Aristocracia, se mais de um cidadão conseguir passar nas provas do sistema educacional), que seriam o melhor governo, liderado pelo rei-filósofo, o melhor preparado, o eleito após 50 anos de formação, seria pautado por um conhecimento advindo do “mundo das ideias”, do sumo bem, e por isso mesmo perfeito em seus pensamentos e decisões. Quando questionado sobre a austeridade do rei-filósofo, e talvez até depois que o mesmo começa a ceder ao mundo sensível (surge a Timocracia).

Neste governo, comandado pelos guerreiros, procura-se, através da força, coagir as pessoas a se alinharem aos ideais propostos pelo estado, fundamentado essencialmente sobre símbolos que impõe uma determinada forma de ser e de pensar. Consegue-se manter por algum tempo certa ordem na sociedade, permitindo sua sobrevivência de acordo com um ou outro princípio de ordem suprassensível. Porém, devido suas habilidades guerreiras e o seu conseqüente poder dominador, deixam-se levar pelas tentações do mundo sensível; propriedades e bens, decaindo assim ao próximo governo; a Oligarquia.

Citado grupo, através de acordos econômicos e de influência cultural de uma pequena elite; mesmo sem possuir força moral e física para impor-se a determinado grupo (devido a sua natureza decadente), utilizam-se de técnicas persuasivas (retórica, arte e poesia), para manipular a massa.

Tendo seus intentos descobertos, a massa (homens da casta de ferro), se opõe aos mesmos, tomando o poder e proclamando o governo dos muitos, a democracia. Que se caracteriza pelo relativismo de verdades e valores, e a instabilidade de comando¹¹. Tudo devido à falta de um referencial hierárquico.

¹¹ *Ibidem*. p. 385. – “Mas a consideração e ausência de qualquer espécie de exigência, em ninharias, e desprezo por princípios que enumerámos com veneração, quando construímos a cidade, como aquele segundo o qual, a não ser que se tivesse uma natureza extraordinária, nunca uma pessoa poderia tornar-se homem de bem, se logo, desde a infância, não brincasse no meio de coisas belas e não se dedicasse a todas as atividades dessa qualidade – com que arrogância ela calca tudo aos pés, sem querer saber para nada de preparação com que se vai para a carreira política, mas só presta honras a quem proclamar simplesmente que é amigo do povo!”

Por fim, essa situação de impermanência acaba por gerar instabilidade social levando a uma reação violenta por parte dos cidadãos. De um governo livre, parte-se para um governo totalitário, adentra-se ao bipolarismo (ora um excesso de violência, ora um excesso de liberdade, tratado por Ferrajoli na sua obra “Direito e Razão¹²”). Tem-se início do governo tirânico. Observa-se que, a princípio fazem parte do mesmo governo; pode-se, *data vêniam*, até fazer uma analogia com a dualidade direita/esquerda do sistema republicano atual.

1.6 Formação e Educação da Sociedade

A educação na República leva muito em consideração, na divisão das castas, a meritocracia, ou num melhor termo, o método “provacional”. Pois o indivíduo vai sendo constantemente avaliado ano a ano em sua vida, e, de acordo com as características demonstradas nas provas, vai sendo enquadrado em conhecimentos mais ou menos elevados, em relação ao conhecimento de ordem da *physis* (mundo sensível) ou da *phyqué* (mundo inteligível).

Caso seja perfilado nas castas de ferro ou de bronze, a educação é básica, voltada ao mundo sensível, pois os mesmos não necessitam de qualquer conhecimento elevado, visto seus objetivos visarem apenas questões vulgares. Já pelo contrário, caso constatado que pertencem à casta de prata e de ouro, volta-se a

¹² FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 38. “A oposição até agora exposta entre garantismo e autoritarismo no direito penal corresponde pois, a uma alternativa entre duas epistemologias judiciais distinta: entre cognitivismo e decisionismo, entre comprovação e valoração, entre prova e inquisição, entre razão e vontade, entre verdade e potestade. Se uma justiça penal integralmente ‘com verdade’ constitui uma utopia, uma justiça penal completamente ‘sem verdade’ equivale a um sistema de arbitrariedade. Entre estes dois extremos, (...), se situam em distintas formas os diversos sistemas penais positivos e, em cada sistema, os subsistemas representados pelos diversos níveis e setores normativos nos quais pode ser diferenciado.”

um ensino superior, voltado ao suprassensível (talvez daí seja a origem do termo “ensino superior” utilizado no nosso ensino).

A música e a ginástica fazem-se fundamental para a formação do guerreiro e do sábio, pois vão lhe permitir refinar o seu corpo e sentimento, facilitando justamente a “*mors philosophorum*” e a alta filosofia.

Aos 35 anos, o formando passa por difíceis provas no qual a educação ou se encerra, ou, aos poucos que passam, são abertas as portas para o conhecimento da dialética. A esses poucos eleitos, que lograrem êxito de permanecerem na academia até os 50 anos, serão escolhidos para serem governantes. Desses, um (ou poucos) terá a honra de ser escolhido para ser o rei-filósofo.

Uma colocação relevante na República é a não distinção entre homem e mulher, sendo que ambos passarão por provas semelhantes (dizem que Platão foi um dos primeiros “feministas” da história). O sistema de relacionamento íntimo, sobretudo aos que forem escolhidos para serem guerreiros, se dá da seguinte maneira; os mais fortes deverão ter filhos entre si, o máximo possível, e os mais fracos igualmente, porém o menos possível. Devido a não aplicação do critério da fidelidade, ninguém saberá quem é pai ou mãe; objetivando-se com isso que haja um espírito tal, que faça com que todos se vejam como uma grande família; em que todos são pai ou mãe.

Ainda, com relação ao homem e a mulher. Apesar de terem o mesmo ensino, numa guerra, *ad exemplum*, cada um terá um papel específico de acordo com sua capacidade física e mental. Ao homem seriam dadas as funções de fazer o confronto físico com o exército inimigo, pois sua constituição física seria a mais apta para segurar o escudo e a espada, já a mulher, por sua constituição mais fraca, apesar do treinamento na arte da guerra, seria incumbida a função de medicar os guerreiros. Ou ainda ser a última linha do exército.

Em suma, *peritio venia*, é como funciona a República de Platão. Segue abaixo alguns esquemas gráficos para facilitar a compreensão dos conceitos acima citados.

1.7 Esquemas Gráficos

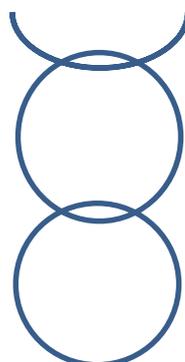
1.7.1 A República



1.7.2 Quatro Tipos de Alma (Psyché) e as Quatro Virtudes Cardeais

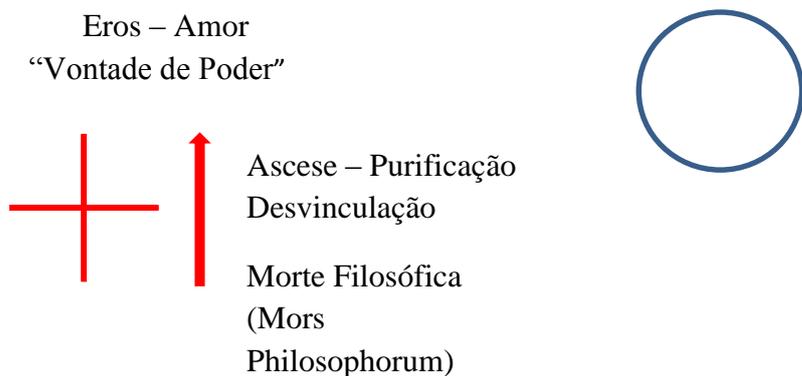
Justiça – Equilíbrio (Sophrosyne)

Demiurgo – Alma do Mundo - Criador

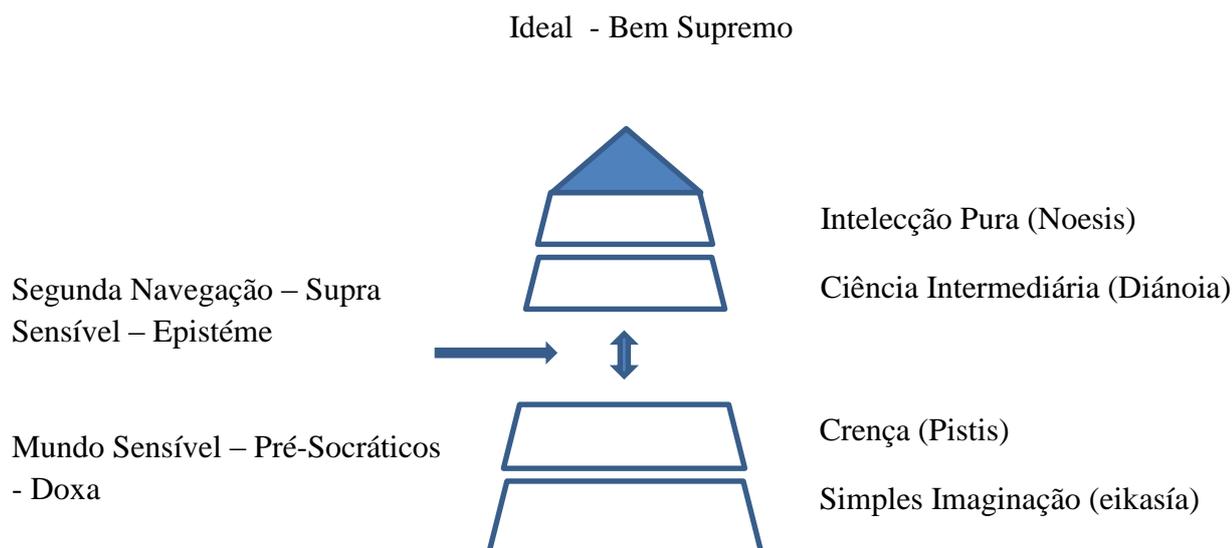


Racional – Cabeça (Loghistikón) – Sabedoria - Essência

Irascível (Thymoeidés) – Coragem-Identidade



1.7.3 Graus de Conhecimento – A Opinião e a Ciência



2. O Juiz Rei-Filósofo *versus* o Político Retórico

A sociedade atual possui duas figuras públicas bem distintas, de um lado o Juiz e do outro o político. Sendo que ambos chegam ao poder por vias praticamente opostas.

O candidato ao cargo de Juiz deve, necessariamente, ser formado em Direito, curso que tem a duração de 5 anos, além disso, deve ter 3 anos de experiência jurídica. Após ter cumprido tal requisito, deve passar por uma prova objetiva, para

demonstrar os conhecimentos básicos obrigatórios para o cargo, e depois por uma prova discursiva, para demonstrar a capacidade de desenvolvimento intelectual dos temas mais importantes no direito. Há de observar, que de preferência deve ter tido uma educação fundamental de alto nível, para lhe permitir adentrar com mais facilidade nos estudos jurídicos de maior complexidade.

Após tudo isso, tem ainda que ser sabatinado por uma entrevista, em que será avaliado se verdadeiramente possui o perfil para exercer tão nobre função. Nesta fase derradeira, muito provavelmente o candidato sofrerá certa pressão psicológica, sendo colocadas pequenas provas para ver se realmente o indivíduo não possui nenhum defeito de caráter, que o impeça de exercer de maneira adequada a sua função.

Num processo totalmente diferente, segue o político. Para se chegar ao poder, para além de uma capacidade intelectual (Cristovam Buarque que o diga...), deve-se desenvolver no campo afetivo e emocional. Isto tanto no meio político, pois o candidato deve divertir todos ao seu redor, ser agradável, para conquistar amizades e conseqüentemente conseguir indicações e cargos comissionados. Tal habilidade é útil também para influenciar seus eleitores, pessoas estas que, adentrando na tese platônica, possuem uma alma basicamente “apetitiva”, ou seja, mais influenciáveis pela persuasão e por jogos de palavras emocionais, do que efetivamente por uma capacidade e intelecções verdadeiras.

Para Platão, o sistema democrático não passa de uma carta “arco-íris”, com todas as cores e matizes, dando liberdades para as pessoas fazerem o que bem se entender. Desta maneira se traz um excesso de liberdades, que num momento posterior pode levar a tirania¹³.

O político num sistema desses, não passaria de um retórico, um sofista, que se utiliza de todos os meios possíveis para manipular o povo, que acaba sendo conquistado através de diversas ferramentas; seja uma propaganda, um elogio ao time de futebol preferido de determinado grupo, um churrasco, uma cadeira de roda, etc...

¹³ *Ibidem*, p. 396. “É que na realidade, o excesso costuma ser correspondido por uma mudança radical, no sentido oposto, quer nas estações, quer nas plantas, quer nos corpos, e não menos nos Estados. (...). – A liberdade em excesso, portanto, não conduz a mais nada que não seja a escravatura em excesso, quer para o indivíduo, quer para o Estado.”

Acrescenta-se ainda que, de acordo com Platão, os maiores meios de influência sensível seriam justamente o teatro e a poesia. O que este autor não pensaria das novelas “globais” e dos programas de animação da nossa TV¹⁴?

Retornando a carreira da magistratura, não poderíamos comparar o Juiz a um projeto, um pouco distante ainda, diga-se de passagem, de um rei-filósofo? Pois o candidato a Juiz, para conseguir passar no concurso, precisaria trabalhar no campo racional-empírico, que é uma espécie de *episteme*, pois terá que saber aplicar a lei no caso concreto (ciência intermediária, *dianoia*), além de ter um profundo conhecimento das ideias jurídicas (*noesis*).

A única diferença se encontra na intensidade, pois o processo de formação do rei-filósofo se daria desde a infância, passando por provas vocacionais durante a vida inteira, sendo que, aos 35 anos o candidato adentraria, depois de ter passada por instruções de música, ginástica (a primeira sempre voltada para as virtudes e a voluntariedade e a segunda para o equilíbrio físico), matemática, e diversos outros conhecimentos (que podem ser mais bem enumerados num artigo posterior), e depois ainda de ter desenvolvido habilidades marciais, talvez até participado de guerras; começaria o estudo da dialética, ou alta filosofia. Sendo que, ao completar os 50 anos, se sujeitaria por mais provas para avaliar a capacidade intelectual e ética para ser um guardião da *polis*, um rei-filósofo.

Podemos ver, numa ressalva, que falta muito para o Juiz ser um rei-filósofo, na medida que muitos que passam no concurso apenas tem uma capacidade intelectual voltada ao mundo concreto, não possuindo um verdadeiro conhecimento da vida, como no caso do homem guerreiro da República. Tornam-se, muitas vezes, apenas um brinquedo da classe dominante, como diriam alguns comunistas de plantão.

¹⁴ Mário Ferreira dos Santos, filósofo perene, faz interessantes apontamentos sobre o sistema de comunicação em massa, na sua obra “**Invasão Vertical dos Bárbaros**”, p. 30: “*Há periódicos que se especializam na divulgação pormenorizada e até sádica de crimes violentos. A figura do criminoso é acentuada de tal forma que se torna exemplar, e muitos desejam alcançar a notoriedade que tais criminosos conseguem. Abrem-se programas de rádio e de televisão para entrevistar criminosos, para ouvir confissões de mães e parentes, que relatam a vida de seus filhos que os preparou para o crime. Os grandes gestos, os atos nobres recebem espaço mínimo, quando não silenciados. Toda criminalidade é acentuada com um critério de exaltação desmedida e desmerecida. O criminoso, que revela habilidade, é exaltado como inteligente, e a astúcia é apresentada como virtude. A audácia desenfreada é índice de heroicidade.*”

Voltando-se ao político, vemos que, na hora da criação das leis, há apenas o interesse, apontado pelo filósofo Olavo de Carvalho, trinômico¹⁵, sexo-dinheiro-fama, na hora de votá-las. Ou seja, fundamenta-se um falso interesse legítimo, pois na verdade o que se quer é garantir apenas a satisfação de algum *lobby*, ou ainda, até determinada quantia de dinheiro, quando não favores sexuais. Em suma, o fim último de boa parte dos políticos não é a justiça, e sim a perpetuação no poder.

Diante disso, o Juiz vê-se numa encruzilhada na hora de ser, como diria Montesquieu, apenas uma “boca da lei”. Pois a lei a ser aplicada é contaminada, e necessariamente deixa uma enorme lacuna de interpretação. Como se não bastasse isso, os recursos do estado que teriam que ser aplicados no sistema investigativo-policial, são desviados pela corrupção, deixando-os de posse de um sistema probatório de baixíssima eficiência.

Como o mesmo, muitas das vezes, possui uma formação de ordem superior, não instintivo-carismática, necessariamente indigna-se com tal panorama, e se obriga a fazer o que é certo, mesmo que ferindo alguns preceitos legais.

Sendo assim, o Juiz só aparentemente age com personalidade, pois o que ocorre na verdade é que o mesmo vê a fragilidade dos meios coercitivos legais atuais para combater fenômenos criminais como as organizações criminosas, que se infiltram inclusive na administração pública. Organizações que possuem, além disso, grande capacidade de defesa jurídica, por possuírem capacidade financeira para contratar grandes advogados.

Derradeiramente, o magistrado, e algumas autoridades públicas, deixam de ver, numa analogia com o mito da deusa *Justitia*, uma figura profanada, como a tão conhecida imagem de uma mulher com olhos vendados, num sinal de cegueira intelectual e espiritual, com a espada abaixada, num sinal de passividade ante o mal do mundo, e com um de seus bustos desnudados, representando, para além de um

¹⁵ CARVALHO, Olavo de. **Jardim das Aflições**. Topbooks Editora, 1998. p. 49. “Os desejos da multidão, moldados pela cultura das massas, se condensam todos no triângulo áureo sexo-dinheiro-fama, as novas éticas nascidas do embotamento moral não consistirão em outra coisa senão num sistema de racionalizações que transformará esses três desejos em hipóstases de valores morais universais e em fundamentos máximos de toda conduta eticamente válida. Completa-se assim a inversão: as paixões mais baixas e vulgares ergueram-se ao estatuto de mandamentos divinos, cuja violação sujeita o homem a padecimentos interiores, quando não à execração pública ou a penalidades legais.”

simbolismo esotérico, uma perversão do corpo frente à persuasão retórica dos homens do mundo, corrompidos por suas paixões mais doentias. Ao invés disso, a enxergam da maneira originária grega, como Platão a via, chamada deusa *Themis*¹⁶. Deusa que aparece agora de posse de um olhar altaneiro, sem covardia, com a balança do equilíbrio num lado das mãos sim, porém com a espada levantada, pronta para destruir qualquer mínimo sinal de corrupção ou desvio dos princípios elevados que a mesma protege. E por fim, com ambos os bustos cobertos, representando a pureza que não será depravada, de maneira alguma, frente aos abusos dos corruptos.¹⁷

Conclusão

Diante de tal panorama, considero até pouco e perfeitamente aceitável estes pequenos abusos cometidos, num país como o Brasil, por parte dos magistrados e dos membros do Ministério Público e da Polícia Federal, nesta operação que vem causando grande repercussão no país, nomeada lava-jato.

Outra possibilidade certamente não há. Fazer uma investigação com recursos semelhantes a um “C.S.I americano”, não se faz possível na atual conjuntura, pois o país, por ter um sistema público e econômico corrompido, não possui condições de pessoal, técnicas e financeiras para arcar com tais tecnologias¹⁸. Utilizar-se do

¹⁶ JESUS, Damásio de. **Os Olhos Abertos de Themis, a Deusa da Justiça**. São Paulo: Complexo Jurídico Damásio de Jesus, 2001. Disponível em: <<http://www.unescnet.br/revistaeletronica/Page%20Direito/links/02.asp> >.” *Minha Justiça não é cega. É uma Lady¹⁶ de olhos abertos, ágil, acessível, ativa, democrática e efetiva. Tirando-lhe a venda, eu a liberto para que possa ver. Por não ser necessário ser cego para fazer justiça, minha Justiça enxerga e, com olhos bons e despertos, é justa, prudente e imparcial. Ela vê a impunidade, a pobreza, o choro, o sofrimento, a tortura, os gritos de dor e a desesperança dos necessitados que lhe batem à porta. E conhece, com seus olhos espertos, de onde partem os gritos e as lamúrias, o lugar das injustiças, onde mora o desespero. Mas não só vê e conhece. Age. A minha, é uma Justiça que reclama, chora, grita e sofre. Uma Justiça que se emociona. E de seus olhos vertem lágrimas. Não por ser cega, mas pela angústia de não poder ser mais justa”.*

¹⁷ Ihering, Rudolf Von. **A Luta pelo Direito**. www.direitoEBP.html/menumark. “A estreiteza do ponto de vista puramente científico com que se encara o direito e que é onde se ostenta menos o seu lado real, como ideia de força, do que seu lado racional, como um conjunto de princípios abstratos, tem dado, julgamos, a todo este modo de encarar a questão, uma feição que não está em harmonia com a amarga realidade.”

¹⁸ PEREIRA, Frederico Valdez. **Delação premiada: legitimidade e procedimento**. 2ª edição. Juruá, 2013. p. 73; “a doutrina alemã costuma designar o fenômeno da complexidade na investigação, quando há falha no esclarecimento de determinados delitos, pela expressão *Ermittlungsnotsand*, que pode ser traduzida por ‘estado de necessidade de investigação’ ou ‘emergência investigativa’, locução indicativa

“Devido Processo Legal” faz-se impossível, pois vivemos numa situação em que, como diria Rui Barbosa, temos vergonha de ser honestos, por termos uma maioria de pessoas corruptas ou omissas (num melhor termo, submissas). Quando falar o certo é ser politicamente incorreto, desagradar a todos, que temem acordar e sair da caverna de seus pensamentos concupiscentes e egoístas.

Arrisca-se muito, caso não sejam toleradas por parte dos Ministros do Supremo, tais “pequenas tiranias”. Diante destas justas arbitrariedades, praticados por homens bem intencionados, intensão esta indicada nas palavras de um dos procuradores responsáveis pela operação lava-jato; *“devemos nos manter firmes; mente vazia, coluna ereta, coração tranquilo”* (que nada mais é do que o equilíbrio das três almas platônicas); caso não rompamos esta barreira formal, tão sabiamente manipulada pelos criminosos do “colarinho branco”, iremos ter um país cada vez mais violento, pobre e sem uma formação educacional de qualidade. Teremos um país ao nível de uma Venezuela, onde se impera o caos.

Referências

RODAS, Sérgio. **“Acordos de leniência são fonte de insegurança no país”**, diz advogado. 16 de fevereiro de 2015.

VASCONCELLOS, Marcos de. **Ao determinar prisões, Sérgio Mouro faz defesa da delação premiada**. 15 de novembro de 2014.

FILHO, José Carlos Cal Garcia. **Delação premiada ofende direitos fundamentais previstos na Constituição**. 08 de outubro de 2014.

BITENCOURT. **Delação premiada na “lava jato” está de inconstitucionalidades**. 04 de dezembro de 2014.

FREITAS. Vladimir Passos de. **Crimes da operação “lava jato” mudam a Justiça Penal no Brasil**. 30 de novembro de 2014.

GHIRELLO, Mariana. **Delação é arma da justiça italiana contra a máfia**. 16 de maio de 2010.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. **Acordo de leniência para apurar cartel merece reflexão**. 10 de setembro de 2013.

LUCHETE, Felipe. **Em audiência, advogados dizem que Moro atua como Ministério Público**. 3 de fevereiro de 2015.

LOPES, Marcela Moreira. MONTEIRO, Thais Rego. **Instituto de delação premiada não demonstrou sua propalada eficácia**. 6 de dezembro de 2014.

Janot diz que não permitirá tentativas de desacreditar operação “lava jato”. Revista Consultor Jurídico. 6 de dezembro de 2014.

MELO, Valber. SPINELLI, Ricardo. **Lei de lavagem viola princípio da não culpabilidade**. 17 de julho de 2012.

JÚNIOR, Miguel Reale. **Prisão para pressionar confissão desfigura a delação premiada**. 8 de dezembro de 2014.

TÓRTIMA, Fernanda Lara. BORGES, Ademar. **Os limites da atuação do juiz na delação premiada**. 18 de fevereiro de 2015.

Disponíveis em: www.conjur.com.br

REALE, Giovanni. **História da filosofia. Antiguidade e Idade Média**. São Paulo: Paulus. 1990.

REALE, Giovanni. **Para uma nova interpretação de Platão**. Tradução de Marcelo Ponte. Edições Loyola, 1997.

PLATÃO. **A República**. 14ª Edição, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira . Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

IHERING, Rudolf Von. **A Luta pelo Direito**. www.direitoEBP.html/menumark, digitalizado da edição de 1909.

SANTOS, Mário Ferreira do. **Invasão Vertical dos Bárbaros**. Editora Realizações, 2012.

CARVALHO, Olavo de. **Jardim das Aflições**. Topbooks Editora, 1998

PEREIRA, Frederico Valdez. **Delação premiada: legitimidade e procedimento**. 2ª edição. Juruá, 2013.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. Editora Revista dos Tribunais, 2002.

CAMPOS, Francisco. **Exposição de Motivos do Código de Processo Penal**. 1941.

GUÉNON, René. **Introdução Geral ao Estudo das Doutrinas Hindus**. Tradução de Luiz Pontual. Editora Irget, 2009.

JESUS, Damásio de. **Os Olhos Abertos de Themis, a Deusa da Justiça**. São Paulo: Complexo Jurídico Damásio de Jesus, 2001. Disponível em:<
<http://www.unescnet.br/revistaeletronica/Page%20Direito/links/02.asp> >.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 10ª Edição. Editora Lumen Juris, 2008.